

Octavio Ianni e o proletariado rural no Brasil

Lucas Bezerra

Doutorando em Serviço Social
Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)

Octavio Ianni e o proletariado rural no Brasil

Resumo: Os processos de proletarização do trabalhador rural constituem parte importante dos debates da tradição marxista relacionados ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Este artigo, restrito à problematização da realidade brasileira, recupera a concepção de proletariado rural no Brasil presente na formulação de Octavio Ianni no início da década de 1970. Ao apresentar os fundamentos históricos e político-econômicos da tendência à proletarização do trabalhador rural brasileiro, a contribuição teórica do sociólogo possui uma importância não somente histórica, mas com elementos atuais para interpretar a composição heterogênea da classe trabalhadora rural no Brasil.

Palavras-chave: 1. Desenvolvimento do capitalismo na agricultura; 2. Proletariado rural; 3. Pensamento social brasileiro

Octavio Ianni and the rural proletariat in Brazil

Abstract: The processes of proletarianization of the rural worker constitute an important step of the debates of the Marxist tradition related to the development of capitalism in agriculture. This article, restricted to the problematization of the Brazilian reality, recovers the conception of rural proletariat in Brazil present in the Octavio Ianni formulation in the early 1970s. In presenting the historical and political-economic foundations of the tendency towards the proletarianization of the Brazilian rural worker, Ianni's theoretical contribution has an importance not only historical, but with current elements to identify the heterogeneous composition of the Brazil's rural working class.

Keywords: 1. Development of capitalism in agriculture; 2. Rural proletariat; 3. Brazilian social thought

É inequívoco o fato de que o *agrário* participa do núcleo basilar da vida nacional. Razões diversas sustentam tal posição e relacionam-se, essencialmente, à economia, à política e à cultura. Essas dimensões, no entanto, exatamente pelo fato de constituírem eixos fundamentais de uma mesma estrutura macrossocial processada numa formação econômico-social particular, demandam um cuidado interpretativo que evite generalizações simplificadoras.

Florestan Fernandes (1972), em *Anotações sobre Capitalismo Agrário e Mudança Social no Brasil*, já chamava atenção para o fato de que as análises em torno da economia agrária brasileira possuem lacunas de monta, especialmente no que diz respeito i) a estudos sistemáticos sobre a heterogeneidade e complexidade da população brasileira e ii) às formas de trabalho e à evolução do mercado interno do século XVI aos nossos dias. Cinco décadas após essa sinalização, este artigo tematiza introdutoriamente parte do *segundo* desafio lançado pelo célebre pensador: as formas de trabalho e as particularidades assumidas pela extração de trabalho excedente no campo brasileiro a partir da segunda metade do século XIX.

Partimos do suposto de que a economia agrária brasileira, no conjunto variado de seus períodos históricos, é parte e expressão das determinações estruturais da economia brasileira em geral. Admitido este ponto de partida, convém demarcar uma concepção que revela um de seus desdobramentos analíticos: as relações sociais de produção e reprodução no campo brasileiro são largamente *heterogêneas*; variam de uma região para outra, de um período a outro, de um estado para outro e não possuem uniformidade ou linearidade. Logo, “é impossível descobrir uma fórmula válida universalmente para qualquer uma de suas evoluções, [pois] ela sempre foi parte da economia brasileira estrutural e dinamicamente mais afetada pela condição de heteronomia” (FERNANDES, 2008 [1968], p. 175).

Tal reconhecimento denota num debate ainda em aberto em torno da relação entre *trabalho e questão agrária* no Brasil, centrado na tendência de a organização da economia agrária reproduzir e combinar, especialmente em determinados setores da produção agrícola ou mesmo agroindustrial, formas pré-capitalistas e capitalistas de exploração da força de trabalho, revelando uma tensão contínua entre trabalho livre e semi-livre.

Estimulado por esse emaranhado, este artigo¹ recupera uma formulação de Octavio Ianni (1926-2004)² em meio aos intensos debates sobre a questão agrária travados no interior da esquerda brasileira entre as décadas de 1960-1980. Trata-se da análise sobre a proletarização do trabalhador rural no Brasil, desenvolvida por Ianni em 1971 e publicada originalmente em formato de artigo na *Revista Mexicana de Sociologia* sob o título “A formação do proletariado rural no Brasil”.³ Nesse texto, pouco divulgado, o sociólogo analisa as relações sociais existentes na agricultura à época. Com base em dados factuais da história, comprova uma tendência ao predomínio de relações capitalistas no espaço agrário, expressa nos âmbitos da produção e da reprodução social e mediada pela ação das classes sociais no campo brasileiro ao longo do século XX – tese retomada e reafirmada pelo autor dez anos depois, em 1981, quando da publicação de *A ditadura do grande capital*.

Mesmo com as férteis investigações a propósito do desenvolvimento capitalista na agricultura nas décadas de 1980, 1990, 2000 e 2010,⁴ podemos admitir que, em razão de determinações históricas precisas, o debate em torno

¹ Parte das reflexões aqui contidas constitui um desdobramento de nossa dissertação de mestrado, intitulada “O trabalho dos cortadores de cana na Paraíba dos anos 2000: exploração e produtividade”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação da profa. Juliane Feix Peruzzo.

² O professor Octavio Ianni representa, seguramente, parte notável do pensamento social crítico brasileiro. Foram aproximadamente cinco décadas de intensa dedicação intelectual aos grandes temas nacionais. Por ser nosso interlocutor um saudoso e grande mestre, seu legado constitui-se como indispensável aos sujeitos empenhados nas tarefas históricas das classes trabalhadoras no Brasil. A esse respeito, ver ensaio escrito por Coutinho (2006).

³ A tradução para o português é de Geraldo Martins de A. Filho. Em 2005, o texto fora publicado no segundo volume de coletânea organizada por Stédile (2005).

⁴ São exemplares contribuições expressivas e com interpretações muitas vezes distintas teórica e politicamente, como as de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José Graziano da Silva, Ricardo Abramovay e João Pedro Stédile.

da caracterização do proletariado rural no Brasil, nos termos lançados pelo professor Octavio Ianni, fora parcialmente ladeado. Esta constatação parece indicar que a literatura recente da Questão Agrária no Brasil possui o limite – e, ao mesmo tempo, o desafio urgente e insurgente – de avançar qualitativamente na análise minuciosa das classes sociais em presença no universo agrário. No decurso dos últimos anos, outros temas foram priorizados no meio acadêmico e no movimento popular, como os novos desafios à reforma agrária em meio ao espraiamento do neoliberalismo; a ação político-organizativa no campo; os impactos sociais e ambientais oriundos do modelo aplicado pelo agronegócio etc. – eixos temáticos que evidentemente guardam relação com o debate das classes sociais, mas que não o possuem como objeto central de investigação.

Do nosso ponto de vista, as reflexões lançadas por Octavio Ianni naquele artigo de 1971 possuem uma riqueza heurística extraordinária, repleta de elementos atuais a serem problematizados. Ao longo do desenvolvimento deste texto, longe da perspectiva de esgotar o debate, demonstraremos as razões que justificam tal posição, bem como a relevância que possui para refletir a configuração contemporânea da contradição capital-trabalho no universo agrário nacional. Assim, entendemos que a atualização do debate referente à proletarianização do trabalhador rural no Brasil implica necessariamente, numa primeira aproximação, a interlocução direta com os clássicos do pensamento social crítico brasileiro, trazendo-os para o centro da discussão, num importante esforço de retomada da contribuição desses autores para melhor refletir e sistematizar as problemáticas emergentes na quadra histórica em curso, as quais devem estar sempre conectadas ao processo histórico.

Afora a introdução e as considerações finais, nossa exposição encontra-se sistematizada numa única seção. De início, demonstramos que o tema do “proletariado rural” não é propriamente novo às discussões da questão agrária, porquanto já comparece em formulações de relevo a propósito do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, como as de F. Engels (2010 [1845]), V. I. Lenin (1982 [1899]), K. Kautsky (1998 [1899]) e L. Trotsky (1967 [1930]) ao analisarem distintas formações econômico-sociais (no caso, Inglaterra, Rússia e Alemanha). Correspondente ao objetivo deste breve texto, portanto, o foco de nossa discussão está na exposição da concepção de proletariado rural no Brasil a partir das contribuições de Ianni, numa tentativa

de relacionar tais ideias aos aspectos estruturais e históricos da realidade agrária nacional.

Sobre os fundamentos históricos e político-econômicos do proletariado rural no Brasil

No debate da tradição marxista, há um entendimento compartilhado de que a expansão capitalista no campo articula, historicamente, duas determinações fundamentais: a) a massa de camponeses expulsos da terra, os quais passam a constituir novos e diferenciados segmentos de classe na cidade e no campo; b) a subordinação da agricultura à lógica da grande indústria.

No contexto da acumulação originária exposta por Marx (1980 [1867]), os camponeses foram arruinados, expulsos das terras das quais eram proprietários fundiários ou arrendatários, e as imensas extensões de terras, muitas delas com campos inexplorados, concentraram-se em grandes propriedades nas mãos de uma ínfima minoria. Apartados dos meios de produção, os camponeses foram impelidos a se tornar “trabalhadores agrícolas”, no sentido capitalista da expressão, à disposição dos proprietários de terra. No entanto, somente até um primeiro momento da grande indústria fora possível contrabalançar o crescimento da população entre o campo e a cidade, pois o suposto equilíbrio urbano-rural era frágil em face do crescimento acelerado e desmedido das cidades comandadas pela lógica industrial.

Gestou-se, naquele contexto, um elemento novo: “a miséria, que até então – e apenas intermitentemente – grassava apenas nas regiões industriais, apareceu nas regiões agrícolas” (ENGELS, 2010 [1845], p. 293). Trata-se, nos termos de Engels, da *miséria agrária*, que estende contradições fundamentais do funcionamento capitalista – cuja máxima reside na oposição entre desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção – da cidade para o campo, numa interação dialética abalizada pelo acirramento das condições de reprodução da força de trabalho.

Salvaguardadas as devidas mediações, aspectos da realidade brasileira apontam concatenações no plano empírico à situação camponesa dos primórdios do capitalismo. Ainda hoje, dilemas concretos como fome ou

alimentação ruim e limitada, habitações minúsculas e precárias, desemprego e o trabalho de mulheres e crianças não constituem capítulos de uma história que ficou para trás; informam, sim, uma característica que parece ser inerente ao desenvolvimento capitalista.

Historicamente, em particular nas formações econômico-sociais de capitalismo dependente, não há antinomia alguma entre ser trabalhador rural e ser pobre. Regra geral, a primeira condição implica a segunda. É como uma unidade indivorciável, regida pela lei do desenvolvimento desigual e combinado;⁵ uma luta permanente desses sujeitos, durante toda a vida, para garantir a própria sobrevivência. Em meio à abundância na produção de alimentos, luta-se pelo salário para suprir a fome. Batalha-se a duras penas pelo teto precário para abrigar-se. A máxima penúria individual é, em regra, a máxima penúria familiar.

O curso disso seguramente remete, numa apreensão mais abrangente, à discussão do *exército industrial de reserva*, exposta por Marx ([1867] 1980) na Lei Geral da Acumulação Capitalista. No proletariado agrícola tratado por Engels (2010 [1845]), comparecia um contingente populacional que, uma vez submetido a uma rígida pressão salarial para baixo, elevava a pauperização em termos gerais. Depois de 1820, na Inglaterra, as regiões agrícolas tornaram-se verdadeiros miolos da superpopulação estagnada. Entre os elementos concretos que caracterizam esse cenário, podemos mencionar a elevação do desemprego, o aparecimento de maquinário agrícola (como as debulhadeiras) e a generalização do trabalho feminino e infantil no campo.

A brevíssima recuperação desses aspectos serve-nos, em atenção ao objetivo deste texto, para sustentar o seguinte argumento: *a lógica da Grande Indústria não se limita à cidade*. Atinge diretamente o campo, de modo contraditório e desigual, na medida em que injeta no agrário a lógica da produção capitalista: a subsunção do trabalho ao capital, a introdução da mecanização, a tendência ao assalariamento, o revolucionamento de instrumentos de trabalho e a exploração do trabalho de mulheres e crianças, numa permanente saga pela elevação dos índices de produtividade social média.

⁵ Tendência histórica que significa, na síntese de seu mais expressivo formulador, a “aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as modernas” (TROTSKY, 1967, p. 25).

Esse enredo, em diálogo com *A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845), de F. Engels, evidentemente possui diferenças significativas se comparado ao caso brasileiro. O proletariado agrícola inglês do século XIX é uma coisa; o proletariado agrícola brasileiro dos séculos XX e XXI é outra, expressamente distinta. Até mesmo no conjunto do “proletariado agrícola” nacional há um acentuado nível de heterogeneidade em face das particularidades regionais e dos ramos produtivos. Contudo, se tais diferenciações verdadeiramente existem, é fato também que arrastam consigo elementos adjacentes. De imediato, apontamos entre elas um eixo unitário: no decurso dos últimos séculos, em escala planetária, o espaço agrário tem se constituído como um universo explícito de desigualdade, de emblemática manifestação da pauperização dos trabalhadores. Assim, enquanto o mundo assiste a uma expansão desenfreada na atuação de multinacionais no campo, a pauperização mantém uma delimitação espacial de relevo: é no meio rural que vivem 3/4 da população mais miserável do planeta, segundo indica pesquisa recente realizada por Henry Bernstein (2011).

No caso brasileiro, um tanto ilustrativo e em atenção ao fio condutor deste texto, Octavio Ianni foi um dos poucos estudiosos da questão agrária no Brasil que utilizou de modo mais sistemático a noção de proletariado rural. Trata-se de um debate que, embora tratado pelo autor nos anos 1970, é repleto de elementos atuais para refletir a configuração e as mutações do trabalho no espaço agrário nacional, resultante das modificações em variados âmbitos da produção e da reprodução capitalista no campo.

Em busca do elo entre o conteúdo da referida formulação e a conjuntura histórica em que fora sistematizada, parece-nos fundamental considerar que a partir do início da década de 1970, estendendo-se até meados da década de 1980, o debate agrário brasileiro ingressa num novo patamar qualitativo. Considerado o monumental avanço analítico resultante do chamado “debate agrarista” da década de 1960, colocava-se com ênfase nos anos 1970, por determinação da realidade, a necessidade de escapar da “circularidade interpretativa” do período anterior (GNACCARINI; MOURA, 1983) e apreender as modificações processadas no desenvolvimento do capitalismo na agricultura desde a instalação da ditadura empresarial-militar (1964-1985).

O professor Octavio Ianni inscreve-se, sem dúvidas, entre os intérpretes de envergadura da dinâmica capitalista no campo brasileiro pós-64. É parte, assim, de um amplo esforço destacadamente coletivo em torno de uma *agenda de pesquisa* da questão agrária que inclui na mesma geração pesquisadores como Manoel Correia de Andrade, José de Souza Martins, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Moacir Palmeira, Ligia Sigaud, Afrânio Garcia Júnior, José Sérgio Leite Lopes, Otávio Velho,⁶ entre outros. No cômputo geral dos resultados a que chegaram esses pesquisadores em seus trabalhos, cujos objetos possuíam como centralidade uma ou outra região do país e um ou outro ramo da produção agrícola ou agroindustrial, há um incontornável ponto de convergência: a tendência à proletarização do trabalhador rural.

Em *A formação do proletariado rural no Brasil*, o esforço de Ianni centra-se em identificar as macrodeterminações que informam as linhas gerais da gênese e do desenvolvimento da referida tendência. Há uma questão que persegue Ianni naquele início de década: que transformações históricas e político-econômicas possibilitaram, no Brasil, a constituição do trabalhador rural em assalariado?

Do ponto de vista histórico, parece-lhe absolutamente nítido que diferentes estatutos de exploração da força de trabalho foram historicamente construídos e dissolvidos no universo agrário brasileiro. O escravo, o lavrador e o assalariado constituem os três elos fundamentais das mutações históricas do trabalho no campo brasileiro. Desse modo, no que Ianni ([1971] 2012) entende como uma *periodização histórica do trabalhador agrícola no Brasil*, nenhuma transição procedeu sem conflitos, tensões e contradições significativas, em especial desde o último quartel do século XIX.

Tensões diversas, possivelmente iniciadas com a proibição do tráfico negreiro em 1850, estendendo-se até o Estatuto do Trabalhador Rural,⁷ de 1963,

⁶ Os que aparecem na sucessão de Moacir Palmeira compõem um amplo trabalho coletivo de investigação coordenado por este professor de Antropologia do Museu Nacional (RJ) no período 1975-1977 por meio de um projeto intitulado “Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste” (PALMEIRA, 1977). Para um balanço histórico e metodológico desse projeto, ver Carvalho (2016).

⁷ Conquista tardia dos trabalhadores rurais do Brasil. Promulgada no governo de João Goulart, passou a regulamentar as condições contratuais de trabalho no meio rural, bem como a sindicalização.

constroem as condições históricas que assinalam o processo de transformação do escravo em trabalhador assalariado. Uma transição longa, com duração de praticamente um século, num contexto marcado por alterações emblemáticas na vida política, econômica, social e cultural do país. A reconfiguração do trabalho no campo (ou, nos termos de Ianni, as “metamorfozes do trabalhador agrícola brasileiro”) não resultou, portanto, de uma mudança rápida, brusca e completa. Revelou-se como um processo gradual, lento, heterogêneo e dotado de particularidades regionais.

Objetivamente, o proletariado rural brasileiro – enquanto categoria político-econômica – expressou-se na exata medida em que se desenvolveram as forças produtivas e as relações sociais daí provenientes na agricultura. Há uma precisão temporal ao se falar em proletariado rural no Brasil: *trata-se de um fenômeno que, embora possua suas bases na segunda metade do século XIX,⁸ radicaliza-se política e economicamente apenas no século XX, particularmente depois de 1930, contexto no qual se afirma a preeminência da cidade sobre o campo, tanto na organização produtiva quanto na direção do aparelho estatal.*

No entanto, para prosseguir na argumentação, convém sublinhar alguns aspectos cruciais da conjuntura posterior a 1930, sem os quais se torna teórica e historicamente impossível sustentar a ideia aqui apresentada: i) a crise acirrada em 1929 e o movimento capitaneado por Getúlio Vargas em 1930 indicam o declínio de uma determinada formatação do Estado: o “Estado oligárquico”, da chamada República Velha;⁹ ii) como desdobramento desse cenário, configurasse, no campo de conflitos internos das classes dominantes, uma vitória do urbano sobre o rural (LEAL, 2012); iii) a burguesia industrial afirma-se, então, como ator político-econômico predominante; iv) desenvolveram-se, no interior desse processo, forças produtivas significativas à caracterização de uma economia especificamente capitalista (capital, divisão sociotécnica do trabalho, trabalho assalariado, incremento tecnológico etc.), inicialmente na cidade, depois no campo (IANNI, 2012 [1971]).

⁸ A composição da classe trabalhadora brasileira na segunda metade do século XIX registra, ainda hoje, um significativo vazio a historiografia brasileira. A este respeito, o autor em debate desenvolve reflexões importantes em publicações como *Raças e classes no Brasil* (1972) e *Escravidão e racismo* (1988).

⁹ Isto não significa dizer o fim das oligarquias, mas o reposicionamento subalterno das frações agrária e comercial da burguesia no controle do aparato estatal.

Com o acirramento da complementaridade entre esses elementos tipicamente capitalistas, desenvolve-se uma *dupla dependência* que caracteriza a situação agrária brasileira, na qual reside um núcleo fundamental da tese aqui discutida. Na síntese do próprio Octavio Ianni:

“Não somente o produto do trabalho agrícola passou às mãos de outras esferas do sistema econômico nacional e mundial, como mercadoria para a cidade e o comércio mundial, ou seja, sob o controle de outras empresas, grupos econômicos e interesses; também sucedeu o mesmo com o excedente econômico produzido pelo setor agrário”. (*ibid.*, p. 129)

Daí uma constatação mais ampla: nos marcos do desenvolvimento capitalista, nos planos interno e externo, há uma relação interdependente entre o capital agrário e o capital industrial. Um precisa do outro. No caso de uma economia como a nossa, edificada sob os condicionantes da dependência estrutural, o processo modernizante, de forte teor conservantista, preservou o capital agrário como um dos elos fundamentais da cadeia produtiva. Em razão disso, há consequências diretas no que diz respeito ao trabalhador rural.

Na situação brasileira, portanto, parecem existir particularidades referentes à extração do excedente econômico no campo. Esta constatação demanda, evidentemente, um amplo trabalho investigativo que a leve às últimas consequências. A fim de demonstrar sua procedência, consideremos, por exemplo, a dinâmica que envolve o setor industrial urbano e o setor de “serviços”. No caso do primeiro, transforma-se matéria-prima em objetos para a exportação ou circulação interna. É suficiente delimitar, em termos de ilustração, a geração de energia elétrica e a construção civil. O segundo, por sua vez, diz respeito aos “serviços” que envolvem predominantemente a sistemática do espaço urbano. Tomemos como exemplo, neste caso, os serviços de alimentação (restaurantes, supermercados etc.) e limpeza. *Ora no setor industrial urbano, ora no setor de “serviços”, há uma inescapável apropriação de parcela do excedente econômico gerado no campo.* Os insumos para a produção energética, matéria-prima para a construção civil, alimentos e fontes naturais para a produção de produtos de limpeza: tudo isso se relaciona à dinâmica processada no universo produtivo do capital agrário. A cidade, portanto, não

prescinde do campo; conformam, antes, um elo indissociável e, em suma, retroalimentam-se.

Ocorre, no entanto, que o *modus operandi* da troca de excedentes entre o setor primário e os setores secundário e terciário não procede em grau algum sob o princípio da equivalência. Localiza-se no cerne dessa situação, como sugere nosso autor, um processo de *troca desigual*. Embora aparentemente igualitária, essa permuta apresenta-se de modo contraditório no plano objetivo. Para Ianni, duas razões fundamentais explicam tal fenômeno: i) a diferença do preço da força de trabalho na indústria e na agricultura; ii) as práticas dos grandes grupos econômicos sediados nos centros urbanos.

Não estamos afirmando, com isso, que há uma divisão social e técnica do trabalho na indústria e outra na agricultura. Não é disso que se trata. A divisão é a mesma, diversamente, em seu conjunto. Entretanto, esta mesma divisão desenvolve-se em níveis diferenciados na indústria e na agricultura, no campo e na cidade e nas diversificadas regiões do país.

Reflitamos, por exemplo, sobre a produção de cana-de-açúcar, espaço privilegiado da unidade entre produção agrária e produção industrial. Para que um empresário individual ou grupo empresarial possa atingir sua meta produtiva para um mês, por exemplo, não lhe basta impor um determinado ritmo do trabalho social médio aos cortadores de cana. Embora essa imposição seja imprescindível, há outras determinações que influenciarão em seu êxito e que são inescapáveis. Se em um dado mês há chuva em excesso e em outro mês o clima se mostra desfavorável, o *quantum* geral da produção certamente será pressionado para baixo, a despeito da vontade singular do usineiro ou do grupo empresarial. Aliás, se as condições naturais se apresentam como inoportunas para a voracidade burguesa pelo lucro, a pressão sobre os trabalhadores tende a ser ainda mais rígida. Marx (1980, p. 589) é preciso ao asseverar que “uma vez pressuposta a produção capitalista, a magnitude do sobretrabalho, mantendo-se iguais as demais circunstâncias e numa dada extensão da jornada de trabalho, variará com as condições naturais do trabalho, nomeadamente, com a fertilidade do solo” (*ibid.*, p. 589).

Importa sublinhar: o que o capital tenta, a qualquer custo, é igualar trabalhos sociais particulares; e com isso, abafar contornos objetivos assumidos pela exploração da força de trabalho no campo. Isso independe, do ponto de

vista aqui compartilhado, das variadas relações mútuas entre capital agrário e capital industrial. De modo praticamente inexorável, o proletariado rural tende a esbarrar num nível de possibilidades de expropriação do seu trabalho que chega a ser assustador em função do sistema produtivo ao qual está subordinado. Daí a constatação de que *o trabalho excedente do proletário rural não se limita ao universo mesmo do setor primário; estende-se a outros setores, de modo praticamente indefinido*. Ianni arremata afirmando que:

“o excedente que o trabalhador rural produz é apropriado por diferentes setores do sistema econômico. Esse excedente é repartido entre os seguintes elementos do sistema econômico global: o proprietário, o arrendatário da terra, o comerciante de produtos agrícolas na cidade, o comerciante no mercado mundial, a empresa industrial que consome matéria-prima de origem agrícola e o aparato governamental” (IANNI, 2012 [1971], p. 131)

Com alicerce na história nacional do século XX, tamanha reconfiguração revela transformações significativas no que alude ao estatuto de exploração da força de trabalho no campo, expressas na ampliação do trabalho assalariado, especialmente quando observados determinados ramos da produção agrícola. Há de se reconhecer que com o amplo processo de desenvolvimento do capitalismo experimentado do século passado aos dias em curso, foram inúmeras as mudanças na composição da classe trabalhadora, tanto do ponto de vista material quanto no que se relaciona às formas de manifestação da consciência social.

Façamos, mais uma vez, referência à particularidade da produção canavieira – dimensão da realidade agrária com a qual temos maior relação investigativa. Não encontram sentido nos canaviais relações partícipes de um universo sociocultural e ideológico característico da grande unidade econômica de tipo camponês. Em concordância com Furtado (1964, p. 141), “o homem que sai ou entra em sua casa está saindo ou entrando em uma parte da propriedade”. A vida cotidiana se expressa como uma junção de atos num mesmo agregado (a vida no vilarejo, as formas rudimentares de organização política...), como no caso da vida nos engenhos de açúcar.

Vale ponderar, deste modo, que não é isso o que se traduz na vida do proletariado rural (os trabalhadores da usina, por exemplo, que muitas vezes

nem sequer vivem no meio rural, mas na cidade); em suma, porque há o apartamento completo entre os instrumentos de trabalho/meios de produção e o produtor direto. “No momento em que o trabalhador agrícola se transforma em assalariado (tanto na prática quanto em sua ideologia), surge o proletário rural” (IANNI, 2012 [1971], p. 133).

Por isso, as relações sociais presentes no campo brasileiro pós-1930 distinguem-se largamente das relações predominantes nos séculos pretéritos, pois ganha corpo, mesmo que de modo heterogêneo, a penetração do capitalismo no espaço agrário nacional. O incremento nas inovações em ciência e tecnologia, o acirramento da divisão sociotécnica do trabalho na agricultura, a maquinaria e as transações mercantis eram impensáveis anteriormente. No essencial, essa caracterização indica transformações que residem na relação entre forças produtivas e relações sociais de produção.

Convém recuperar, chegado a este ponto, uma sensata passagem de Caio Prado Jr. (1966), em *A revolução brasileira*. Ao analisar as transformações na vida econômico-social do período, declara o seguinte:

“o sistema capitalista de produção se ampliou e aprofundou, ao tempo que se apuravam as relações capitalistas de trabalho. Paralelamente declinaram os padrões de vida dos trabalhadores (...). A intensificação do trabalho para fazer frente às novas exigências da produção acrescida, roubando ao trabalhador o tempo livre de que dispunha para se dedicar às suas culturas particulares de subsistência. Ele se transforma assim progressivamente em puro assalariado”. (PRADO JR., 1966, p. 152-153)

Definitivamente, entra em cena um sujeito “novo” no espaço agrário brasileiro: o proletariado rural. Reconheçamos, porém, que seria teoricamente limitado conferir fundamento a tal noção somente em termos econômicos. Há muita política nesse emaranhado todo. As transições que envolvem o escravo, o lavrador e o assalariado ocorrem no interior de tensões, conflitos, lutas coletivas e valores culturais. No transcurso de nossa história, houve imenso contingente de populações escravizadas (negros e indígenas), trabalhadores diaristas, parceiros, meeiros, colonos – modalidades essas que aqui ou ali encontramos ainda hoje, em proporções residuais. Mas houve também, de modo concomitante, quilombos, ocupações de terra, guerras camponesas; tudo sob o

vêu de repressões agressivas, igualmente expressas nos tantos processos históricos de “romarias, santos milagrosos, monges, profetas, cangaceiros, ligas camponesas e sindicatos rurais” (IANNI, 2012, p. 127-128). É no interior de crises e lutas coletivas que se constrói a longa história dos trabalhadores do campo brasileiro.

A “história oficial”, formulada pelos “de cima”, narra nossa trajetória sem fazer referência a Canudos, Contestado, Balaiada, entre os tantos outros episódios que demonstram a rebeldia dos povos do campo à tirania das classes dominantes. Entre sangue e morte, perseguição e ousadia, os trabalhadores do campo brasileiro desenvolveram-se como peça fundamental na (re)construção histórica sob a perspectiva dos “de baixo”. Perfilar isso significa conferir às *lutas de classes* uma dimensão central na construção teórica do argumento aqui recuperado.

Ianni (2012) propõe que o conjunto dessas lutas pode ser organizado em dois grandes tempos: um primeiro, marcado pelo *messianismo*¹⁰ e pelo *banditismo*¹¹; um segundo, centrado nas *Ligas Camponesas* e no *sindicalismo rural*. Com certeza, há desdobramentos históricos – ora das Ligas, ora do sindicalismo rural – que não cabem ser explicitados nesta síntese. Aqui e agora, importa destacar que é a partir do quadro mais amplo nos campos social, político, econômico e cultural que germina na história nacional o proletariado rural enquanto nova categoria político-econômica (*ibid.*), participe das expressivas reconfigurações da relação campo-cidade e do amadurecimento das relações sociais capitalistas no país.

À medida que se desenvolve no espaço agrário um conjunto expressivo de tensões e conflitos entre as classes e, ao mesmo tempo, alteram-se em

¹⁰ Relaciona-se à devoção e aos fenômenos místico-religiosos. Denuncia o caráter perverso das relações sociais de produção – especialmente em contextos de profundas crises, incorporando para si um forte teor comunitarista no plano de análise da sociedade. Antônio Conselheiro em Canudos e João Maria na Guerra do Contestado elucidam a dimensão e a importância política da fé nesse momento histórico de organização dos camponeses. A denúncia aos coronéis e fazendeiros latifundiários e o afeto pela terra como fonte da subsistência compõem o universo ideológico do messianismo (IANNI, 2012).

¹¹ Emerge do rol das “relações políticas de dominação vigentes numa região em que o poder público não existe; ou, porventura, existe apenas simbolicamente” (IANNI, 2012, p. 136). Expressa disputas que envolvem o mando e o poderio em determinada área que concentra propriedades.

proporções significativas as relações produtivas, entram em cena atores novos para um contexto novo, ainda que para dar continuidade às contradições centrais do campo brasileiro. Trata-se de uma mediação histórico-social concomitante entre as relações políticas (lutas, organização popular, criação das Ligas e Sindicatos) e as redefinições gerais do processo produtivo, no interior do processo modernizante. Nisso reside um núcleo central da argumentação.

Processou-se uma alteração qualitativa na condição do trabalhador do campo no Brasil do século XX, em termos objetivos e subjetivos da composição desse segmento de classe. O arsenal interpretativo para a sua apreensão exige, por conseguinte, uma caracterização fundamentada nas continuidades e rupturas – coerente, portanto, com a historicidade. É inequívoco que tamanhas mutações jamais ocorreram no mesmo espaço-tempo, muito menos em proporções generalizadas. As condições econômicas, políticas e sociais que permitiram o surgimento do proletariado rural no Brasil acompanham as requisições do desenvolvimento histórico desigual, dotado de expressivas dimensões regionais. Essas condições são, enfim, basicamente as seguintes:

“a) o *desenvolvimento das forças produtivas*, tais como capital, tecnologia, força de trabalho e divisão social do trabalho; b) a *transformação das relações de produção*, conforme essas relações se manifestam nas atividades de trabalhadores como o colono, morador, meeiro, parceiro, empreiteiro, assalariado, peão, diarista e outros; c) a *transição do messianismo e do banditismo pela liga camponesa e pelo sindicato rural*, como formas de organização e compreensão da existência social do trabalhador rural” (IANNI, 2012, p. 144. Grifos nossos).

A associação entre as determinações econômicas e políticas atestam, assim, que no momento a partir do qual se estabelece a necessidade da extração de mais-valia no campo modificam-se também as formas ou os métodos de organização política dos trabalhadores rurais. Na exata proporção em que se espria o assalariamento da força de trabalho nesse universo, a alternativa que resta aos produtores diretos não é outra senão colocar a “mercadoria especial” que possuem – a força de trabalho – disponível à venda. É mercador frente a mercador, numa relação intermediada no plano aparente por um negócio entre iguais, que supostamente expressariam “vontades livres”. Em vista dessa alteração no estatuto de exploração da força de trabalho, devem os

trabalhadores rurais, sob as novas circunstâncias, operar os devidos reajustes nos modos e métodos de luta. Assim foi feito a partir da experiência das Ligas, do desenvolvimento do sindicalismo rural e dos movimentos sociais do campo que datam da segunda metade do século XX.

O que se quer ressaltar é que *ser pobre é diferente de ser proletário*. Não há identidade entre uma coisa e outra. Afora o contingente de trabalhadores desprovido do acesso à terra, ser pobre no espaço agrário implicava, em períodos históricos anteriores, certa sensação de segurança, liberdade e solidariedade. Cada um desses três conceitos, uma vez submetido ao crivo dos procedimentos racionais, pode ser devidamente contestado, o que não invalida, todavia, o fato de a introdução do assalariamento ter modificado o modo de existência, até mesmo de pensar e agir dos trabalhadores do campo.

Sugerir a caracterização de uma fração desses trabalhadores como proletários rurais não significa, na direção aqui adotada, propor uma separação, tampouco uma comparação formal entre o rural e o urbano. Contudo, ao atribuir tal característica a esses trabalhadores, abre-se para nós a possibilidade de analisar a dialética rural-urbano na formação do proletariado no Brasil: por um lado, a miséria provocada pelo desenvolvimento das forças produtivas; por outro, a miséria urbana causada pelas migrações campo-cidade.

Na cidade, o proletariado já nasce em meio a relações mediadas diretamente pelo mercado. Considerada a complexidade da constituição do proletariado urbano na formação econômico-social brasileira, fato é que este sabe desde cedo que tudo é mercadoria, inclusive sua força de trabalho. Possui conhecimento das regras de funcionamento da sociabilidade em vigência e sabe que sem dinheiro dificilmente conseguirá suprir a mais básica de suas necessidades, que é comer. Enquanto isso, por muito tempo o trabalhador rural produzia quase tudo que consumia, resultante de seu próprio trabalho. A solidariedade, há pouco mencionada, expressava-se nas possibilidades de troca direta entre parentes, compadres e vizinhos. No limite, em certas ocasiões, comprava-se na feira, onde o mercado não tem a figura do atravessador e era possível pechinchar. Com o adensamento de relações especificamente capitalistas no campo e suas sequenciais transformações que conduzem à emersão e ao desenvolvimento do proletariado rural, também este passará a

saber que sua sobrevivência se confunde precisamente com o salário, mesmo que, no limite, este não assuma sua forma monetária.

Nosso autor, atento à máxima “análise concreta de situações concretas”, retorna ao tema do proletariado rural dez anos após a publicação de *A formação do proletariado rural no Brasil*. Em 1981, ao publicar *A ditadura do grande capital*, o sociólogo constatou uma intensificação da tendência observada no artigo de 1971. Do seu ponto de vista, a economia política levada a cabo pela Ditadura, no Brasil, radicalizou a disseminação de relações produtivas especificamente capitalistas em praticamente todo o espaço agrário nacional, nos mais diversos ramos do setor agrícola. A articulação entre indústria e agricultura, sobretudo em razão das exigências do capitalismo monopolista, ingressa noutra patamar de complexidade. Ianni anota:

“A agricultura, a pecuária e o extrativismo passaram a articular-se, de forma mais ampla e profunda, com a indústria, a cidade, a acumulação monopolista. Sob várias formas, o trabalhador rural foi submetido ou rearticulado aos movimentos do capital monopolista. O caboclo, sitiante, colono, morador, arrendatário, parceiro, vaqueiro, peão, volante, corumba, clandestino, índio, mestiço, caiçara, muitos, em distintas gradações, foram alcançados, submetidos e rearticulados às condições de trabalho e vida determinadas pela acumulação capitalista” (1981, p. 89)

Em muitas regiões, em especial naquelas marcadas por grandes monocultivos, explodiram possibilidades de mecanização e introdução de produtos químicos como herbicidas e maturadores no processo imediato de produção. É o caso da cana-de-açúcar, do milho, da soja, do café, do trigo. Os latifundiários, desde então e cada vez mais “empresários”, que outrora investiam em menor proporção no capital constante, passaram a investir nas novidades promovidas pela tecnologia, elevando assim a composição orgânica do capital nesses variados setores da produção agrícola.

Nessa configuração, o que se observa, em diálogo com o arcabouço categorial da crítica da economia política, é o avanço da *subsunção real do trabalho ao capital na agricultura*. A força de trabalho, cada vez mais mercantilizada, corresponde às alterações do desenvolvimento capitalista brasileiro. Portanto, é no interior dos saltos modernizantes operados nesse período que o proletariado rural entre nós atinge seu mais elevado grau, no

transcurso do século XX, configurando-se como parcela expressiva do conjunto dos trabalhadores rurais. Tudo estava voltado, e ainda está, à expropriação e à exploração crescentes. Em termos mais substanciais, no raciocínio de Ianni, é esse o objetivo principal dos processos de proletarização no campo.

Considerações finais

Ao longo deste texto, tentamos defender o argumento segundo o qual a formação e a expansão do proletariado rural no Brasil constituem parte e expressão do desenvolvimento do capitalismo (no campo) brasileiro. Resultam, pois, da unidade entre as determinações situadas nos âmbitos da economia e da política, a envolver em sua historicidade lutas, tensões, conflitos e significativos rearranjos na composição da força de trabalho e nas condições para sua exploração no espaço agrário.

A rigor, a transição escravo-lavrador-assalariado não é linear ou mecânica. Mescla-se em ritmos diferenciados na dinâmica da história nacional. Reconhecer tal dimensão evita generalizações que, regra geral, mais ocultam do que descortinam a realidade. Admitir a existência do proletariado rural no Brasil, pelas razões expostas, não implica a afirmação de uma homogeneidade inencontrável no campo brasileiro no que diz respeito às condições e relações de trabalho. Nem de longe a diversidade dos trabalhadores do campo brasileiro se reduz ao proletariado rural. Isto significa que a tendência histórica do desenvolvimento desigual e combinado, anteriormente aludida, se expressa com ênfase na configuração da contradição capital-trabalho no espaço agrário nacional.

Nos trilhos da análise de Ianni, entendemos que esta categoria político-econômica – proletariado rural – possui validade, em especial, para analisar ramos específicos da produção agrícola, sobretudo aqueles nos quais se verificam com maior nitidez a introdução e o incremento de relações típicas ou especificamente capitalistas. Mudanças na economia (como o amplo desenvolvimento das forças produtivas e a expansão do assalariamento) e na política (como a forma político-organizativa hoje apresentada pelos trabalhadores do campo, em sintonia com suas necessidades) explicam tal

fenômeno, participe da complexidade que informa a economia agrária contemporânea.

Octavio Ianni afirmava que “há muito campo em nossa história”.¹² E há, de fato, naquele ou neste tempo. Este ensaio, de natureza introdutória, perseguiu um caminho que intenta, em última instância, sugerir a retomada de um debate fundamental aos estudos contemporâneos da questão agrária. E há uma razão política que sustenta esta defesa: o proletariado rural, nos termos aqui expostos, é parte importante da estratégia que abarca a marcha para o futuro, na perspectiva possível e necessária de construção do socialismo, apesar dos tons sombrios em alta na sociedade brasileira.

Referências bibliográficas

- BERNSTEIN, H. *Dinâmicas de classe da mudança e agrária*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- CARVALHO, L. C. Crítica e conhecimento: a construção de um projeto coletivo de pesquisa. *Interseções*, v. 18 n. 2, p. 458-475, dez. 2016.
- COUTINHO, C. N. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. São Paulo, Expressão Popular, 2011.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FERNANDES, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global, 2008.
- _____. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (orgs.). *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. São Paulo: Nacional, 1972.
- GNACCARINI, J. C.; MOURA, M. M. Estrutura agrária brasileira: permanência e diversificação de um debate. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 5-52, 1983.
- IANNI, O. *Raças e classes no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- _____. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- _____. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

¹² Ver introdução de *Origens agrárias do Estado brasileiro* (1984).

- _____. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. A formação do proletariado rural no Brasil. In: STEDILE, J. P. (org.). *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda (1960-1980)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LENIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. L. II
- PALMEIRA, M. (et al). Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste. In: *Anuário Antropológico*, n. 76, p. 207-292, 1977.
- Prado Jr., C. A revolução brasileira. In: Prado Jr., C.; Fernandes, F. *Clássicos sobre a revolução brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- TROTSKI, Leon. *História da Revolução Russa*. Volume 1. Rio de Janeiro: Saga, 1967.